



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
SEPN 505, Lote 2, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, Brasília/DF, CEP: 70.730-542
Fone: (61) 2028-2076
E-mail: sec.executiva@cnrh.gov.br

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNRH Síntese dos Resultados



DATA: 18 de dezembro de 2018.

HORÁRIO: 9h00 às 18h.

LOCAL: Auditório do subsolo da unidade do Ministério do Meio Ambiente localizada no SEPN 505, lote 2, Ed. Marie Prendi Cruz (acesso pela W2).

Abertura.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Jair Vieira Tannus Junior, fez o pronunciamento de abertura da reunião, dando boas-vindas a todos presentes. Em seu discurso agradeceu aos conselheiros que se dedicam ao fortalecimento do Sistema Nacional de Recursos Hídricos; lembrou a repactuação de termos de cobrança em diversos comitês e a criação de novos colegiados, a exemplo do comitê da bacia hidrográfica do Parnaíba; e ressaltou que um dos desafios do Conselho será o processo de elaboração do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos, que passará a vigorar a partir de 2021.

Iniciando os trabalhos, o Conselheiro Julio Thadeu Silva Kettelhut, Coordenador Geral de Apoio ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e representante Titular do Ministério do Meio Ambiente no CNRH, contextualizou o processo de instituição do comitê de bacia hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba e informou que o mandato de sua diretoria se encerra em dezembro de 2018. Por isso, apresentou pedido de requerimento de urgência referente à proposta de Resolução que prorroga o prazo do mandato da diretoria provisória do CBH Parnaíba, subscrito por 12 conselheiros dos diferentes segmentos. A admissibilidade da matéria foi aprovada, sendo incorporada na ordem do dia.

NOVA ORDEM DO DIA

Aprovação da ata da 41ª Reunião Extraordinária do CNRH.

Encaminhamento: Aprovada sem alterações.

1. Proposta de Resolução que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

A Matéria foi apresentada pelo presidente da diretoria provisória do CBH Parnaíba, o Sr. Avelar Damasceno Amorim, que argumentou sobre a necessidade de prorrogação do mandato até o dia 12 de dezembro de 2019, para que se pudesse dar continuidade a implantação do Comitê.

O Conselheiro João Clímaco Soares Mendonça, da ONG Abrace a Serra da Moeda, questionou o prazo em que foi protocolado o pedido de prorrogação, uma vez que não atendia aos 45 dias previstos na Resolução CNRH 05/2000.

Em esclarecimento, a representante da Secretaria Executiva do CNRH, Roseli Souza, informou que o Comitê encaminhou a solicitação em tempo hábil, conforme apontado no



segundo ofício, no entanto, em razão de eventuais dificuldades técnicas, a mensagem não foi disponibilizada corretamente na caixa do correio eletrônico do CNRH.

Os conselheiros que representam os Comitês no CNRH, Carlos Eduardo Alecastre (CBH Pardo) e Anivaldo de Miranda Pinto (CBH São Francisco), enfatizaram a importância de se aprovar a prorrogação do prazo da diretoria, para garantir a continuidade do trabalho em andamento no CBH Parnaíba. Destacaram também o esforço que vem sendo realizado e o exíguo prazo definido na Resolução 05/2000 para que se possa efetivar todas as ações necessárias.

A Resolução foi aprovada pela maioria dos conselheiros, com 4 abstenções e 1 voto contrário.

Encaminhamento: Aprovada sem alterações.

2. Apresentação de parecer e deliberação sobre a matéria que foi objeto de pedido de vista na 41ª Reunião Extraordinária do CNRH: Proposta de Moção que “Recomenda a não aprovação da Medida Provisória nº 844/2018”.

Devido a tramitação da MP no Congresso Nacional não ter prosperado, perdendo-se o objeto da matéria, portanto, votou-se pelo arquivamento do processo, por unanimidade.

Encaminhamento: Arquivamento do processo.

3. Deliberação sobre propostas de Resolução que:

3.1. Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2018. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL.

A conselheira Adriana Lustosa, representante do MMA e presidente da CTIL, apresentou a proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH para o exercício de 2018, aprovada na 146ª reunião da CTIL. A proposta foi aprovada sem alterações.

Encaminhamento: Aprovada sem alterações.

3.2. Estabelece composição e define suplências para a Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP; Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS; Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR; Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT e Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT; e dá outras providências. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais-CTIL.

A conselheira Adriana Lustosa, representante do MMA e presidente da CTIL, apresentou as propostas de composição da CTAP, CTAS, CTPOAR, CTCT e CTGRHT, aprovadas na 146ª reunião da CTIL.

A matéria foi aprovada em bloco, ressalvado os destaques que foram debatidos na sequência.



A Conselheira Patrice Juliana Barzan, da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, solicitou uma vaga adicional na CTCT, argumentou que o segmento no mandato passado possuía duas vagas. Após esclarecimento sobre como se deu o processo, a conselheira retirou seu pedido compreendendo que passa a incorporar a lista de suplentes naquela Câmara Técnica.

O Conselheiro Julio Thadeu Silva Kettelhut (SRHQ/MMA) solicitou a inclusão de mais uma vaga para o MMA na CTPOAR defendendo que o segmento do Governo Federal estaria sub-representado na nova proposta de composição e considerando que a ANA e a SRHQ sempre estiveram presentes na Câmara Técnica. Deliberou-se pela manutenção da proposta encaminhada pela CTIL pela maioria dos presentes. Obtendo-se 8 votos a favor da substituição sugerida pelo MMA e 4 abstenções.

O Conselheiro José Mairton Figueiredo de França, do Conselho Estadual do Rio Grande do Norte, também solicitou recuperar a vaga anteriormente ocupada pelo estado, na CTAS e CTPOAR.

Após debates, aprovaram-se as composições das câmaras técnicas conforme proposta encaminhada pela CTIL, sem alterações.

Encaminhamento: Aprovada sem alterações.

4. Deliberação sobre proposta de Comunicação que encaminha o Parecer Técnico nº 03/2018/CTPNRH/CNRH/MMA, com recomendações para o conteúdo mínimo do “Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil” à Agência Nacional de Águas. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Plano Nacional de Recursos Hídricos-CTPNRH.

A conselheira Adriana Lustosa, como representante do MMA na CTPNRH, apresentou o Parecer Técnico nº 03/2018/CTPNRH/CNRH/MMA, que faz recomendações ao conteúdo mínimo do “Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil” para a Agência Nacional de Águas; e a proposta de Comunicação, que encaminha o Parecer à ANA. A matéria foi aprovada sem alterações.

Encaminhamento: Aprovada sem alterações.

5. Manifestação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL/CNRH) em relação ao requerimento de urgência intitulado: “Aprovar errata que corrige a redação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai”, apresentado na 41ª Reunião Extraordinária do CNRH.

A conselheira Adriana Lustosa, representante do MMA e presidente da CTIL, contextualizou a matéria, recordando que foi objeto de requerimento de urgência apreciado durante a 41ª Reunião Extraordinária do CNRH e que, naquela ocasião, a plenária votou pelo seu encaminhamento à CTIL. Adriana apresentou o Parecer Técnico nº 07/2018/CTIL/CNRH/MMA, que não aprovou a proposição de errata, conforme apresentado no requerimento de urgência, que corrige a redação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai.



Após debates, em que não se chegou ao consenso sobre os encaminhamentos a serem dados, os conselheiros representantes do Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Águas e Organizações Não Governamentais solicitaram pedidos de vista ao processo.

Encaminhamento: MME, ANA e FONASC deverão apresentar, em 2 meses, pareceres sobre seus pedidos de vista.

6. Oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos relativa a prorrogação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF, em atendimento ao disposto no § 2º, do artigo 5º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

O conselheiro do Ministério da Integração, o Sr. Jimmu de Azevedo Ikeda, e a Sra. Priscyla Mesquita (ANA), apresentaram os motivos para a prorrogação do prazo para início de operação estabelecido na outorga do projeto de integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Os Conselheiros João Fernandes, CERH da Paraíba, e José Mairton Figueiredo de França, CERH Rio Grande do Norte, apresentaram alguns esclarecimentos e informações sobre o projeto, naquilo que cabe a cada estado.

Encaminhamento: Oitiva realizada.

7. Apresentação do Parecer elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Análise de Projetos (CTAP/CNRH), relativo a avaliação do Relatório de Segurança de Barragens 2017, em atendimento as Resoluções CNRH 144/2012 e 178/2016.

A conselheira Cristiane Collet Battiston, representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, apresentou o Parecer Técnico nº 01/2018/GT-RSB/CTAP/CNRH/MMA, a respeito da avaliação do Relatório de Segurança de Barragens 2017, elaborado pela ANA.

Encaminhamento: Parecer aprovado por unanimidade.

8. Apresentação dos Pareceres de Análise da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB/CNRH) sobre os Relatórios de Aplicação dos Recursos da Cobrança, encaminhados pela Agência Nacional de Águas referentes aos anos de 2014 a 2017, em atendimento às Resoluções CNRH n. 161/2016 e n.189/2017.

Liliana Pimentel, analista ambiental do MMA e relatora da CTCOB, apresentou o processo de atendimento à solicitação do CNRH à CTCOB para que fossem analisados os relatórios de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, correspondente a parcela da CFURH que é gerida pela ANA. Resumiu o processo de discussão do tema na CTCOB ao longo dos anos de 2017 e 2018 e apresentou as conclusões trazidas pelos pareceres daquela câmara sobre os relatórios de 2014 a 2017, suprimindo assim a lacuna identificada no compartilhamento dessas informações. Foram feitas a seguir, complementações pelo Sr. Marco Antônio Mota Amorim, especialista em recursos hídricos da ANA e representante da



Agência na CTCOB.

9. Informe sobre a Implementação das Prioridades e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016 – 2020 (Resolução CNRH nº 181/2016).

A conselheira Adriana Lustosa, representante do MMA na CTPNRH, realizou apresentação sobre a implementação do PNRH 2016-2020, e sobre o processo de elaboração do novo Plano, a vigorar a partir de 2021.

Na sequência, a presidente da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos - CTEM, Renata Maranhão, informou sobre o encontro formativo de educação ambiental para a gestão das águas, parte do Programa IV do PNRH. Apresentou alguns resultados do último encontro realizado até o momento e convidou a todos para o próximo evento, já agendado para agosto de 2019, em Palmas-Tocantins.

10. Assuntos Gerais.

O conselheiro Alberto Flávio Pêgo e Silva, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, informou que o Estado avançou no processo que permitirá a implementação da cobrança em suas bacias hidrográficas. Destacou, ainda, que o Plano Estadual de Recursos Hídricos do estado foi aprovado e entregou, em mãos, uma cópia impressa do plano ao Secretário Executivo do CNRH.

Liliana Pimentel, analista ambiental do MMA, trouxe os informes sobre duas ações operacionais do TCU, uma sobre a Gestão dos Recursos Hídricos na Bacia do Rio Doce que resultou no Acórdão n.1749/18 e outra ainda em sua fase inicial referente à Política Nacional de Segurança de Barragens com foco nos barramentos existentes no Nordeste Setentrional Brasileiro.

Esclareceu-se que as recomendações do Plenário do TCU trazidas pelo Acórdão já foram atendidas por meio das Resoluções já aprovadas pelo CNRH n.192, de 19 de dezembro de 2017; e n.203, de 16 de outubro de 2018, (aguardando publicação). Informou-se que as demais recomendações, de competência dos outros entes do Singreh citados no Acórdão, gerarão plano de trabalho a ser apresentado oportunamente aos Conselheiros.

Sobre a ação de auditoria operacional do TCU referente aos barramentos no Nordeste foi acordado o encaminhamento posterior dos questionamentos dos auditores para conhecimento dos Conselheiros.

11. Encerramento.

Concluídos os informes, o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Jair Vieira Tannus Junior, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 40ª Reunião Ordinária da CNRH.